

Capacitação para o uso do Protocolo NICHD em profissionais sul-brasileiros

Training for the use of NICHD Protocol by south-Brazilian professionals

Carlos Aznar-Blefari e Maria da Graça Saldanha Padilha

Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Brasil

Resumo: O presente estudo objetivou avaliar o efeito de um programa de capacitação para uso do Protocolo NICHD (*National Institute of Child Health and Human Development*). Trata-se de um instrumento desenvolvido com base em boas-práticas em entrevista investigativa e validado por estudos que demonstram sua eficácia em campo. O protocolo traz uma frequência maior de questões abertas diminuindo assim a sugestibilidade. Participaram do estudo duas psicólogas e uma assistente social. Um programa de capacitação foi desenvolvido com quatro intervenções baseadas na literatura científica. O estudo teve como desenho experimental o delineamento de sujeito-único (A-B-C-D), no qual o comportamento de cada participante foi avaliado por meio de entrevistas investigativas realizadas entre cada intervenção do programa. Ao se analisar os dados de cada participante, observou-se melhora na qualidade das entrevistas realizadas, passando os participantes a utilizar mais perguntas abertas e menos questões fechadas. A média das questões utilizadas foram comparadas estatisticamente por meio da simulação de Monte Carlo e do teste ANOVAs de Friedman demonstrando significativamente a redução do uso de questões sugestivas. Ressalta-se a importância em se realizar um programa de capacitação que inclua aspectos teóricos e práticos e supervisões contínuas com a presença de *feedback* em cada entrevista realizada.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, Protocolo NICHD, entrevistas investigativas, avaliação de programa.

Abstract: This study aimed at assessing the impact of a training program for the use of NICHD protocol (National Institute of Child and Human Development). This protocol is a tool based on good practices in investigative interviewing and is validated by studies which show its effectiveness in the field. The NICHD protocol encompasses more frequent open-ended questions, thus decreasing suggestibility. Two psychologists and one social worker participated in the study and a training program with four interventions based on scientific knowledge was performed. The study used a single subject design (A-B-C-D), assessing the performance of each participant through investigative interviews, carried out after each one of the four interventions of the program. After analyzing the data of each participant, an improvement in the quality of the interviews was observed, due mainly to the use of more open-ended questions and less closed ones. The average use of questions was statistically compared through the Monte Carlo simulation and Friedman's ANOVA test, demonstrating a significant decrease in the use of suggestive questions. These results confirm the importance of training programs containing theoretical and practical aspects; as well as continuous supervisions that include feedback in every interview.

Keywords: child sexual abuse, NICHD protocol, investigative interviews, program assessment.

Este artigo apresenta os resultados parciais da dissertação de mestrado de Carlos Aznar-Blefari sob orientação da Prof. Dra. Maria da Graça Saldanha Padilha e recebeu apoio técnico da Dra. Lucia Cavalcanti Albuquerque Williams (UFS-Car, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil) e do Dr. Carlos Eduardo dos Santos Peixoto (Universidade do Porto, Porto, Portugal) aos quais agradecemos a significativa contribuição. Financiamento próprio.

Contacto: C. Aznar-Blefari. Mestrado em Psicologia Forense, Universidade Tuiuti do Paraná. Pró Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão, PROPPE, Rua Sydnei Antonio Rangel Santos 238, Santo Inácio CEP 82010-330, Curitiba, Paraná, Brasil. Correo electrónico: psicoaznar@gmail.com

Cómo citar: Aznar-Blefari, C. y Padilha, M. G. S. (2015). Capacitação para o uso do Protocolo NICHD em profissionais sul-brasileiros. *Revista de Psicología*, 24(1), 1-19. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2015.37198>

Introdução

A mídia brasileira tem noticiado com frequência os crimes de abuso sexual cometidos contra crianças. Por se tratar de um crime silencioso, para o qual o relato da vítima, na maioria dos casos, constitui a única prova do que aconteceu, a avaliação multidisciplinar especializada revela-se de grande importância (Cunningham, 2009; Dobke, 2001; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Heger, Ticson, Velasquez & Bernier, 2002; Salvagni & Wagner, 2006). No Brasil discute-se sobre o risco de se expor crianças a repetidas entrevistas de revelação de abuso e ainda às consequências de tal revelação, porém, pouco é discutido sobre métodos de entrevista baseados em características do desenvolvimento infantil e programas de capacitação que visam difundir as boas-práticas em entrevista investigativa (Santos & Gonçalves, 2008).

O abuso sexual pode gerar danos em suas vítimas; os danos primários podem aparecer em curto e/ou longo prazo variando conforme a situação abusiva e a idade da vítima. Em curto prazo pode envolver curiosidade sexual excessiva, autoconceito negativo, raiva, tristeza, ansiedade, sentimento de vergonha e/ou culpa, conhecimento sexual inapropriado para a idade, isolamento, masturbação excessiva ou pública, pesadelos, fuga de casa, colocar objetos no ânus ou na vagina, evitação de determinadas pessoas e lugares, etc. Em longo prazo, abrange desenvolvimento de quadros psiquiátricos (risco quatro vezes maior), alcoolismo, depressão e transtornos psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos alimentares e alterações do sono (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993; Machado, Azevedo, Facuri, Vieira & Fer-

nandes, 2011; Quas, Goodman & Jones, 2003).

O sentimento de culpa é uma consequência bastante observada nas crianças vítimas de abuso sexual, isso ocorre principalmente pela dificuldade em compreender que aquelas pessoas que também proporcionam afeto e cuidados podem causar danos (Furniss, 1993; Quas et al., 2003). Assim, o que possibilita as consequências descritas anteriormente é a dinâmica em que o abuso ocorreu, por exemplo: os efeitos do próprio abuso, a consequência que uma possível revelação pode causar, ideias equivocadas sobre a situação abusiva, abusador intrafamiliar, entre outros (Cunningham, 2009; Quas et al., 2003). Há um consenso na literatura que descreve o abuso sexual intrafamiliar como o tipo mais frequente de abuso (Cunningham, 2009; Dobke, 2001; Gomide & Padilha, 2009; Habigzang & Koller, 2011; Habigzang et al., 2005; Padilha & Antunes, 2009).

Por dano secundário entende-se a vitimização das crianças em questão, podendo ser pela estigmatização social ou pelo trauma causado nos diversos processos (Dobke, 2001). Os operadores de direito carecem de informações a respeito da dinâmica do abuso sexual principalmente sobre o abuso intrafamiliar e a relação de poder existente entre o abusador e sua vítima. Muitas vezes as crianças acabam depondo diante do acusado, produzindo danos psicológicos irreparáveis (Potter, 2010).

Segundo Rovinski e Cruz (2009), a área que menos cresce dentro da Psicologia Jurídica no Brasil é a voltada ao testemunho. Em levantamento realizado por Santos e Gonçalves (2008) até o limite temporal de outubro de 2008, apenas 222

publicações sobre o tema foram realizadas. O Brasil, dentro dessa amostra, representa apenas 8% (17 publicações), não tendo, até 2008, nenhuma publicação específica sobre testemunho de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em processos judiciais e sobre método forense aplicado por psicólogos na escuta de crianças e adolescentes. A escassez de estudos na área é possivelmente uma das justificativas sobre o desconhecimento de métodos adequados para a inquirição e de decisões inadequadas por parte dos operadores do direito.

Goodman e Quas (2008) afirmam que a proteção das crianças vai além de diminuir o número de oitivas realizadas, devendo ter o foco nos métodos utilizados para tal escuta. Conforme demonstrado pela literatura internacional, o uso de questões abertas em entrevistas investigativas com crianças é indicado por evocar relatos mais fidedignos e detalhados, tanto em estudos laboratoriais quanto em estudos aplicados (Lamb, Hershkowitz, Orbach & Esplin, 2008). Entretanto, mesmo com o conhecimento científico das boas-práticas em entrevista investigativa, entrevistadores pouco se utilizam do que é recomendado na literatura (Cederborg, Orbach, Sternberg, & Lamb, 2000).

O Protocolo NICHD (*National Institute of Child Health and Human Development*) de investigação forense, por trazer uma quantidade maior de questões abertas, diminui a possibilidade de indução nas questões e principalmente obtém mais detalhes sobre a situação abusiva (Lamb et al., 2008). O instrumento tem sido um dos protocolos mais indicados pelos pesquisadores (Cronch, Viljoen & Hansen, 2006; Dion & Cyr, 2008). Até o momento, nenhum estudo procurando avaliar o uso do protocolo no Brasil foi

encontrado nas bases de dados, mas há iniciativas em diferentes locais do país (Williams, Hackbarth, Blefari, Padilha & Peixoto, 2014).

O instrumento foi desenvolvido após pesquisadores observarem que profissionais apresentavam dificuldades em aderir às boas-práticas em entrevista investigativa, utilizando principalmente perguntas sugestivas (Cederborg et al., 2000). Com base nas boas-práticas em entrevista e respeitando características peculiares do desenvolvimento infantil (cognição, linguagem e memória), o Protocolo NICHD foi avaliado inicialmente em campo por Orbach et al., 2000) em Israel, demonstrando que, ao se utilizar do protocolo, entrevistadores utilizavam três vezes mais questões abertas e duas vezes menos questões fechadas, aumentando o número de detalhes (principalmente em crianças mais velhas). O segundo estudo em campo ocorreu nos Estados Unidos (Sternberg, Lamb, Orbach, Esplin & Mitchell, 2001). Foram avaliadas 100 entrevistas (50 utilizando o protocolo e 50 no grupo controle) conduzidas por seis policiais (quatro mulheres e dois homens). O terceiro estudo em campo ocorreu no Reino Unido e avaliou 100 entrevistas (50 utilizando o protocolo e 50 no grupo controle) conduzidas por seis policiais (Lamb et al., 2009). O quarto estudo em campo foi realizado no Canadá (Quebec, Língua Francesa) (Cyr & Lamb, 2009) e foram avaliadas 166 entrevistas (83 utilizando o protocolo e 83 no grupo controle) conduzidas por 17 entrevistadores (policiais – quatro mulheres e quatro homens; assistentes sociais – oito mulheres e um homem). Os resultados obtidos nos quatro estudos iniciais demonstram que as entrevistas quando conduzidas com a utilização do protocolo de entrevista investigativa NICHD obtiveram um número significa-

tivamente maior de questões abertas, menor de questões fechadas, uma frequência maior de revelações com número maior de detalhes e relatos mais longos (Lamb et al., 2008).

Outro estudo foi conduzido em Portugal com o objetivo de contribuir para a adaptação e aplicação do protocolo ao contexto português e de compreender a relação entre os tipos de questões realizadas e a forma com que a criança tende a responder. Para tanto foram analisadas qualitativamente e quantitativamente 13 entrevistas com o uso do protocolo NICHD. Os resultados obtidos demonstram que o uso do protocolo é benéfico, apresentando número maior de questões abertas ($M = 26.77\%$; $DP = 7.77$) e menor de questões sugestivas $M = 2.24\%$; $DP = 3.80$) (Pacheco, 2012).

Em revisão de literatura realizada por Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin e Horowitz (2007) foi analisada uma base de dados dos estudos realizados entre 1982 e 2007. Observou-se que quando o Protocolo NICHD é utilizado de forma adequada, a qualidade das entrevistas aumenta significativamente, sendo que nenhuma outra técnica é comparável. No Brasil, foi realizada uma revisão sistemática de estudos que utilizaram como descritores os termos NICHD e *sexual abuse* entre 2000 e 2013. Sendo excluídos os artigos repetidos e que estavam relacionados a outras temáticas de violência não sexual, foram encontradas 35 publicações que versam sobre a estrutura do instrumento, tendo como resultado respostas mais precisas, com mais detalhes e maior número de revelações (Williams et al., 2014).

O Protocolo NICHD se assemelha em alguns aspectos com a entrevista cognitiva (EC), porém traz um número maior de questões abertas, e questões que viabili-

zam o acesso à memória de eventos específicos, tornando o relato mais fidedigno, com menos contaminação e protegendo a criança (Lamb et al., 2008). Estudos demonstram que a EC é uma técnica bastante útil em contexto forense, mas deve ser utilizada com cuidado, pois se observa certa confabulação em crianças mais novas diminuindo a precisão dos resultados obtidos (Cronch et al., 2006).

Este estudo tem como objetivo avaliar o efeito de um programa de capacitação para o uso do protocolo de entrevista investigativa NICHD em entrevistas. Defende-se a hipótese de que o programa de capacitação melhora a qualidade das entrevistas realizadas em razão do aumento do número de questões abertas e a redução de questões sugestivas.

Método

Participantes

Os participantes desse estudo eram do sexo feminino, sendo duas psicólogas e uma assistente social, com experiência média de 7.67 anos ($DP = 6.35$) no atendimento de crianças vítimas de abuso sexual infantil. As três participantes (P1, P2 e P3) compareceram a 100% do programa de capacitação e conduziram 12 entrevistas, uma em cada linha de base.

A Participante 1 tem 30 anos de idade e trabalha há quatro anos em um CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social¹). Tem formação em psicologia, é especialista em psicologia jurídica e mestre em psicologia forense. Realiza cerca de dez entrevistas por mês

¹ Trata-se de uma unidade pública estatal que oferece serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

com crianças vítimas de abuso sexual. Teve contato prévio com o protocolo de entrevista investigativa NICHD (disciplina específica sobre abuso sexual infantil no curso de mestrado). Soube do programa de capacitação por meio de sua orientadora de mestrado.

A Participante 2 tem 26 anos de idade e trabalha há quatro anos em um CREAS e em consultório particular. Tem formação em psicologia, é especialista em psicologia clínica e atualmente cursa mestrado em psicologia forense. Realiza cerca de quatro entrevistas por mês com crianças vítimas de abuso sexual. Teve contato prévio com o protocolo de entrevista investigativa NICHD (disciplina específica sobre abuso sexual infantil no curso de mestrado). Soube do programa de capacitação por meio de sua orientadora de mestrado.

A Participante 3 tem 42 anos de idade e trabalha há 15 anos em um Fórum. Tem formação em serviço social e realiza cerca de cinco entrevistas por mês com crianças vítimas de abuso sexual. Não conhecia o protocolo de entrevista investigativa NICHD. Soube do programa de capacitação por uma colega de trabalho.

Crianças entrevistadas. As crianças foram selecionadas por conveniência pelas participantes, em seus locais de

trabalho. Tratam-se de crianças que já seriam entrevistadas. Participaram do estudo 12 crianças entre 5 e 14 anos de idade sendo três do sexo masculino e nove do sexo feminino (tabela 1).

Critérios de exclusão

Por se tratar de uma população forense ainda pouco estudada e com peculiaridades no manejo de entrevista (por exemplo, necessidade de intérpretes ou de figura de apoio na entrevista, maior frequência de intervalos, etc.) (Henry, Bettenay & Carney, 2011), excluíram-se entrevistas realizadas com crianças com deficiências intelectuais ou déficits cognitivos, por exemplo, com Síndrome de Down. As entrevistas realizadas pelos participantes que não participaram das quatro intervenções propostas e/ou não apresentaram material para análise nas quatro linhas de base foram também excluídos. Com base em tais critérios, foram excluídas oito entrevistas e 21 participantes.

Local

As entrevistas analisadas foram realizadas nos locais de trabalho das participantes da capacitação sendo: oito no CREAS e quatro em fórum. Os módulos da capacitação foram ministrados nas dependências de uma universidade do sul do Brasil.

Tabela 1

Crianças entrevistadas por cada participante nas quatro linhas de base

	LB1		LB2		LB3		LB4	
	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo	Idade	Sexo
P1	5	M	5	M	8	F	10	F
P2	5	M	8	F	8	F	13	F
P3	14	F	14	F	14	F	10	F

Nota: LB = Linha de Base; P = Participante.

Instrumento

A versão utilizada do protocolo de entrevista investigativa NICHD foi a traduzida para o português brasileiro (Williams, Hackbarth, Blefari & Padilha, 2012). O instrumento é composto de duas fases: fase substantiva e fase não substantiva. A fase não substantiva (NS) traz aspectos gerais da entrevista envolvendo assuntos que não estão relacionados ao incidente investigado. A entrevista é iniciada com uma introdução em que o entrevistador se apresenta, fala do seu trabalho e explica a presença de um gravador ligado. Na sequência, ele discute com a criança exemplos de verdade e mentira, informa a criança que ela pode a qualquer momento falar “não sei”, “não entendi” e ainda corrigir o entrevistador. É iniciada então a fase de *rapport*, cujo objetivo é desenvolver certo vínculo entre o entrevistador e a criança, criando um ambiente de apoio para, inicialmente, conhecer mais a criança (Lamb et al., 2008). Ainda na fase não substantiva, a criança é convidada a relatar um evento significativo (uma festa de aniversário, um feriado, o primeiro dia na escola, etc.) para treino de memória episódica. Por meio de questões abertas, o entrevistador estimula a capacidade da criança em ser informativa, fornecendo um relato episódico rico em detalhes. Caso a criança não consiga fornecer um relato detalhado, o treino é realizado com base no dia anterior da entrevista ou ainda no próprio dia.

O entrevistador inicia as solicitações de relato da criança sobre o evento investigado, essa fase da entrevista é chamada de substantiva (S). Por meio do aumento na frequência de solicitações e um número reduzido de perguntas fechadas (diretas, múltipla-escolha e sugestivas), o evento é investigado. Após um relato rico em detalhes o entrevistador questio-

na se o relatado ocorreu uma vez ou mais de uma vez, em caso positivo, a criança é convidada a contar sobre o último evento e depois o primeiro. Todos os eventos são investigados da mesma forma inicialmente com solicitações e, depois, algumas perguntas fechadas são realizadas sempre acompanhadas de perguntas abertas para que o relato da criança seja baseado em memória de evocação livre. Então, o entrevistador solicita que a criança relate o que aconteceu após o último evento investigado, com o objetivo de levantar dados sobre a revelação. A criança é questionada se tem alguma dúvida, um número de telefone é fornecido caso se lembre de algo e a discussão de um tópico neutro encerra a aplicação do protocolo.

Delineamento

O delineamento utilizado nesta pesquisa é o de sujeito-único, também conhecido como sujeito como seu próprio controle (A-B-C-D). Tal método de investigação é bem descrito pela análise do comportamento, mostrando que a diferença entre os participantes não modifica o resultado da análise de dados; sendo assim, cada participante é tratado como indivíduo particular (Velasco, Garcia-Mijares & Tomanari, 2010). Para que se obtenha um estado-estável, devem-se avaliar os participantes de forma contínua e repetida ao longo da capacitação.

As gravações em áudio das entrevistas realizadas, linha de base 1 (LB1-A), foram transcritas e codificadas demonstrando o comportamento do participante antes da capacitação (avaliação de nível operante). Após a participação na Intervenção 1, nova entrevista foi gravada em áudio, transcrita e codificada (LB2-B). Após a Intervenção 2 o entrevistador apresentou a terceira entrevista gravada

em áudio (LB3-C). A Intervenção 3 foi executada e uma nova gravação analisada (LB4-D). Uma Intervenção 4 foi realizada com a discussão em grupo de casos, *feedback* e apresentação de dados. Os participantes foram convidados a apresentar os resultados em uma quinta linha de base, onde seriam analisadas as consequências da Intervenção 4, contudo nenhum apresentou material para análise.

Procedimentos

Treino do pesquisador. Para que fosse possível ministrar a capacitação avaliada neste trabalho o primeiro autor foi submetido a um treinamento que iniciou em outubro de 2012, com a participação em curso ministrado pelo Dr. Carlos Eduardo Peixoto. A tradução do protocolo para o português brasileiro foi realizada (Williams et al., 2012). O primeiro autor realizou sete aplicações do protocolo em crianças sob a suspeita de terem sido vítimas de abuso sexual infantil, tendo o acompanhamento da segunda autora. Em outubro de 2013, os pesquisadores participaram de um curso em Aracaju/SE ministrado pelo Dr. Michael E. Lamb, professor da Universidade de Cambridge e principal autor do protocolo NICHD, durante a 43ª reunião anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. Durante a reunião os autores apresentaram o projeto de pesquisa em questão e suas contribuições para a validação do Protocolo NICHD para o Brasil onde recebeu sugestões do Dr. Lamb e do Dr. Peixoto para a continuidade do trabalho.

Programa de capacitação. O programa de capacitação foi desenvolvido com base no trabalho de Cyr e Lamb (2009), a descrição de métodos de treinamento em entrevista forense baseado

em evidências de Stewart, Katz e La Rooy (2011) e o efeito do *feedback* na manutenção da qualidade das entrevistas (Lamb, Sternberg, Orbach, Esplin et al., 2002; Lamb, Sternberg, Orbach, Hershkowitz, et al., 2002). Foram realizadas quatro sessões de treino de seis horas. Os encontros tiveram como base a apresentação do Protocolo NICHD e os estudos que o validam, questões sobre o desenvolvimento cognitivo, linguagem e memória da criança, boas-práticas em entrevista investigativa, apresentação de exemplos de entrevistas em áudio (português de Portugal), *role-playing* e *feedback*.

Apresentação do programa. Inicialmente todos os interessados em participar do programa de capacitação foram convidados a uma reunião onde o projeto foi apresentado, bem como seu delineamento, questões éticas e discussão de cronograma.

Intervenção 1. A Intervenção 1 teve como objetivo apresentar aos participantes de forma sumária aspectos do desenvolvimento da cognição, linguagem, comunicação, sugestibilidade e fantasia (Lamb, Malloy & La Rooy, 2011), características da memória das crianças, principalmente a diferença entre aspectos da memória episódica e de recordação livre (La Rooy, Malloy & Lamb, 2011). Foi discutido o padrão da revelação do abuso sexual e como uma criança se sente no contexto brasileiro, ao ser ouvida em juízo (Cunningham, 2009). Em um segundo momento, linhas-gerais de boas-práticas em entrevista investigativa (AP-SAC, 2012), a diferença entre os tipos de perguntas realizadas pelos entrevistadores (Lyon, 2010) e os estudos que foram desenvolvidos para demonstrar a efetividade do Protocolo NICHD foram apresentados aos participantes (Lamb et al., 2008).

Os tópicos gerais do protocolo de entrevista investigativa NICHD na versão traduzida para o português brasileiro foram apresentados sumariamente aos participantes. Um exercício foi proposto aos participantes onde cada um deveria escrever cinco questões abertas (solicitações) em uma folha. Os resultados foram discutidos e uma reflexão proposta aos participantes em refazer a questão de forma com que ela se tornasse uma solicitação de relato.

Durante o andamento das atividades os participantes trocaram informações sobre suas práticas profissionais criando dessa forma um ambiente adequado para o treinamento, já que, naturalmente, trata-se de um ambiente ansiogênico, devido à exposição de suas práticas (Stewart et al., 2011).

Intervenção 2. Inicialmente uma breve revisão dos temas discutidos na Intervenção 1 foi realizada e as dúvidas dos participantes esclarecidas. Foi entregue a cada participante uma cópia impressa do protocolo de entrevista investigativa NICHD na versão traduzida para o português brasileiro. Os participantes discutiram as fases do protocolo e as dúvidas foram esclarecidas. Foram apresentados dois exemplos de oitivas realizadas em Portugal com o uso do protocolo NICHD.

Em um segundo momento o grupo foi dividido em dois grupos menores onde cada participante teve a oportunidade de aplicar o protocolo em um colega sob supervisão do pesquisador e auxílio dos outros participantes. Foram realizados *feedbacks* pelo pesquisador reforçando comportamentos adequados do entrevistador e indicando pontos a melhorar sugerindo a forma adequada de se fazer. Os participantes solicitaram ao final que

fossem abordados nos próximos encontros aspectos sobre a entrevista com crianças relutantes ou com deficiência intelectual.

Intervenção 3. A Intervenção 3 foi iniciada com a apresentação dos resultados parciais das entrevistas realizadas. Uma supervisão foi realizada com foco na adesão ao uso do protocolo, o uso de questões abertas como forma de se obter um relato mais fidedigno, longo, detalhado e outras dificuldades apresentadas (Cyr & Lamb, 2009; Stewart et al., 2011).

Foram discutidos com o grupo aspectos especiais em entrevistas realizadas com crianças relutantes (Lamb et al., 2008), com algum tipo de deficiência intelectual (Henry et al., 2011; Lamb, Hershkowitz & Lyon, 2013) em especial a importância em se estabelecer um bom vínculo com o entrevistado (Hershkowitz, 2011). Alguns trechos de entrevistas foram apresentados ao grupo para exemplificar o uso do Protocolo NICHD em contexto real (a identidade do entrevistador e da criança não foram reveladas). Novamente um *role-playing* foi realizado com a utilização do Protocolo NICHD entre os participantes, todos os participantes foram expostos à técnica.

Intervenção 4. A Intervenção 4 iniciou com o esclarecimento das dúvidas que surgiram durante as entrevistas realizadas. Foram apresentados estudos demonstrando a importância do treino contínuo e o uso de *feedbacks* para a manutenção da qualidade das entrevistas (Cederborg et al., 2000; Lamb, Sternberg, Orbach, Esplin et al., 2002; Lamb, Sternberg, Orbach, Hershkowitz, et al., 2002; Stewart et al., 2011). Apresentou-se ao grupo as formas de se realizar o *feedback* adequado com o intuito de

promover autonomia aos participantes (Stewart et al., 2011). Exemplos de entrevistas foram apresentados com a avaliação por escrito conforme guia de *feedback*. Os participantes foram convidados a entregar mais uma gravação em áudio para feedback e análise.

Transcrição e codificação. As entrevistas gravadas em áudio foram transcritas e codificadas pelo autor e um auxiliar de pesquisa. Os dados foram registrados no editor de textos. O áudio das entrevistas após a transcrição foi deletado como forma de proteção à integridade da criança entrevistada e do entrevistador. A concordância entre codificadores foi calculada pela média da concordância de cada categoria avaliada em cada entrevista, método conforme proposto por Holsti (1969), a concordância mínima obtida entre codificadores foi de 90%.

A porção substantiva (aspectos sobre a alegação) da entrevista investigativa foi analisada quantitativamente por meio da codificação desenvolvida por Lamb et al. (1996) revisado por Lamb et al. (2008) conforme as cinco categorias abaixo:

1. *Facilitadores.* Incluem falas como “OK”, reformulações do que foi dito anteriormente pela criança e palavras de encorajamento (não sugestivas) voltadas a manter a criança falando.
2. *Questões abertas (solicitações).* São questões realizadas por meio de expressões e perguntas com o objetivo de obter respostas baseadas em memória de evocação-livre (e.g. “E então o que aconteceu?”).
3. *Questões diretas.* São falas do entrevistador que focam em um detalhe sobre o incidente mencionado pela criança anteriormente na entrevista e solicitam uma informação adicional utilizando normalmente perguntas “wh” (Quem?, O

que?, Qual? Onde? Quando? Como?).

4. *Questões múltipla-escolha.* São falas do entrevistador que buscam focar a atenção da criança de forma mais específica em aspectos que a criança ainda não mencionou, mas não necessariamente demonstra qual a resposta é esperada.

5. *Questões sugestivas.* São falas do entrevistador que assumem informações que ainda não foram reveladas pela criança, demonstrando que uma resposta específica é esperada. Pode ser também uma questão múltipla-escolha repetida pela terceira vez ou ainda a pergunta “O que mais aconteceu?” supondo que algo a mais havia acontecido quando a criança não mencionou isso anteriormente.

É comum em uma única frase serem encontrados dois ou mais itens que podem ser codificados conforme indicado por Lamb et al. (2008). Para tanto estas afirmações devem ser codificadas com o código referente ao maior valor, por exemplo, se uma afirmação é codificada como questão aberta (2) e ao mesmo tempo como questão sugestiva (5), a afirmação deve ser codificada como sugestiva (5).

Análise de dados

A fim de investigar se o programa de capacitação apresentou um impacto na qualidade das entrevistas realizadas, a frequência do uso de questões codificadas foram comparadas de LB1 a LB4. As análises realizadas para avaliar o impacto do programa de capacitação foram desenvolvidas por meio de testes não paramétricos, pois a avaliação da normalidade de distribuição, verificada pelos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, indicou a não normalidade dos dados ($p < .05$). Em razão do tamanho da amostra, utilizamos o *exact probability test* (Monte Car-

lo), uma vez que o uso desse método aliado aos testes não paramétricos apresenta maior acurácia (Field, 2005). Foi utilizado o teste de ANOVAs de Friedman e testes exatos de probabilidade para investigar o impacto da capacitação profissional sobre o uso das questões conforme codificação (Facilitadores, questões abertas, questões diretas, questões múltipla-escolha, e questões sugestivas), antes dos profissionais participarem da intervenção (LB1), após a Intervenção 1 (LB2), a Intervenção 2 (LB3) e a Intervenção 3 (LB4).

Resultados

Respeitando os critérios de exclusão do estudo, foram obtidas 12 entrevistas conduzidas por três participantes (P1, P2 e P3). As 12 entrevistas foram divididas conforme a linha de base analisada, sendo quatro entrevistas por participante.

Participante 1 (P1)

A frequência em que a participante utilizou determinado tipo de questão e sua proporção em relação a todas as falas substantivas em cada linha de base estudada é apresentada na tabela 2. É possível notar por meio da análise de dados um aumento na utilização de questões abertas no decorrer do programa de ca-

pacitação. Na avaliação de nível operante (LB1) pode-se notar que não houve a utilização de questões abertas, bem como após a Intervenção 1, onde foi discutida a importância dessa forma de solicitar informações. Contudo, após o treino para a utilização do protocolo de entrevista investigativa NICHD (Intervenções 2 e 3), é possível observar que ocorreu um aumento tanto no número, quanto na frequência de questões abertas utilizadas.

É possível observar também na figura 1, um aumento na frequência de facilitadores utilizados ao se comparar a LB1 com a LB4. Nota-se que a participante utilizou uma frequência maior de facilitadores na LB2 sendo que ao se comparar tal dado com a frequência de questões abertas, ele é inversamente proporcional. Após o treino prático realizado P1 apresentou um aumento de 47% na frequência de questões abertas, mantendo tal resultado na LB4.

A frequência de questões fechadas diminuiu com o treinamento. Nota-se que ao se comparar a LB1 (nível operante) com a LB4 as questões diretas passaram de 33% para 16%, as questões sugestivas de 67% para 0% e as questões de múltipla-escolha foram mantidas em 0% com um aumento na LB2 de 18% e redução posterior.

Tabela 2

Frequência de questões utilizadas pela Participante 1 em cada linha de base avaliada

	LB1 (n = 3)	LB2 (n = 11)	LB3 (n = 34)	LB4 (n = 92)
Facilitadores	0 (0%)	7 (64%)	4 (12%)	32 (35%)
Questões abertas	0 (0%)	0 (0%)	16 (47%)	44 (48%)
Questões diretas	1 (33%)	1 (9%)	10 (29%)	15 (16%)
Questões múltipla escolha	0 (0%)	2 (18%)	4 (12%)	1 (1%)
Questões sugestivas	2 (67%)	1 (9%)	0 (0%)	0 (0%)

Nota: LB = Linha de Base.

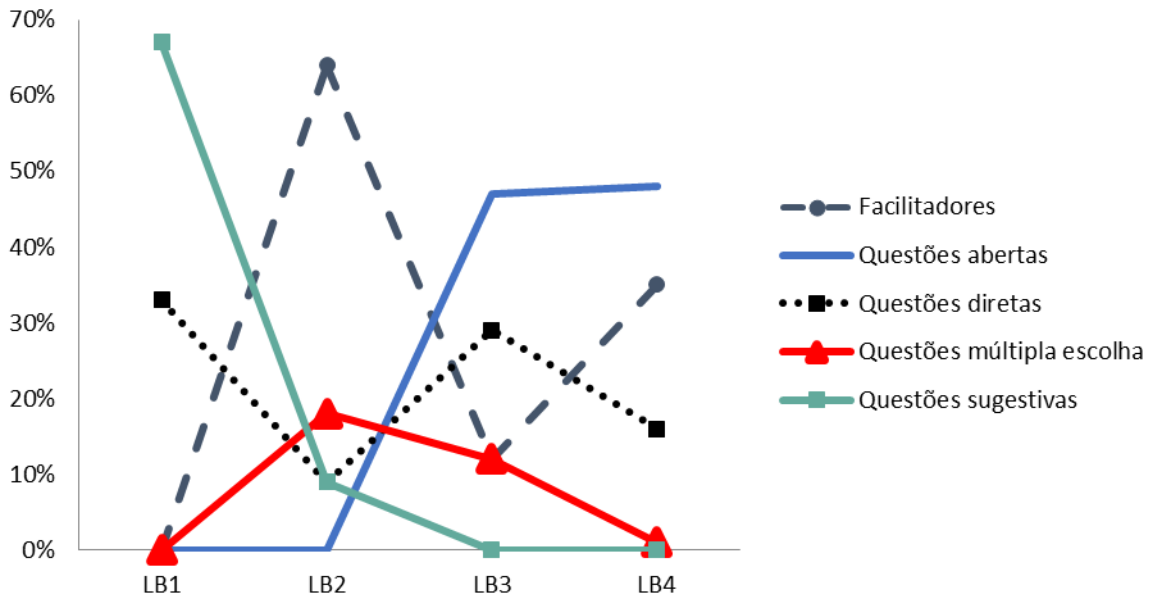


Figura 1. Frequência dos tipos de questões utilizadas pela Participante 1 em cada linha de base avaliada.

Participante 2 (P2)

A tabela 3 apresenta a frequência em que a participante 2 utilizou determinado tipo de questão e sua proporção em relação a todas as falas substantivas em cada linha de base estudada. Nota-se que inicialmente a Participante 2 realizava uma frequência maior de questões diretas para a criança solicitando relatos de memória de reconhecimento.

Conforme pode ser observado na Figura 2, com o início do treino prático de entre-

vistas (Intervenção 2 e 3), a Participante 2 apresentou súbita queda no número de questões fechadas, e leve aumento na frequência de questões abertas e facilitadores.

O aumento da frequência de questões de múltipla-escolha após Intervenção 1, é justificado pelas características individuais das entrevistas, tendo em vista que na LB1 o número de questões ($n = 149$) é significativamente superior ao observado na LB2 ($n = 7$).

Tabela 3

Frequência de questões utilizadas pela Participante 2 em cada linha de base avaliada

	LB1 ($n = 149$)	LB2 ($n = 7$)	LB3 ($n = 34$)	LB4 ($n = 22$)
Facilitadores	62 (42%)	3 (43%)	8 (24%)	6 (27%)
Questões abertas	21 (14%)	0 (0%)	9 (26%)	8 (36%)
Questões diretas	45 (30%)	0 (0%)	13 (38%)	5 (23%)
Questões múltipla escolha	13 (9%)	3 (43%)	3 (9%)	3 (14%)
Questões sugestivas	8 (5%)	1 (14%)	1 (3%)	0 (0%)

Nota: LB = Linha de Base.

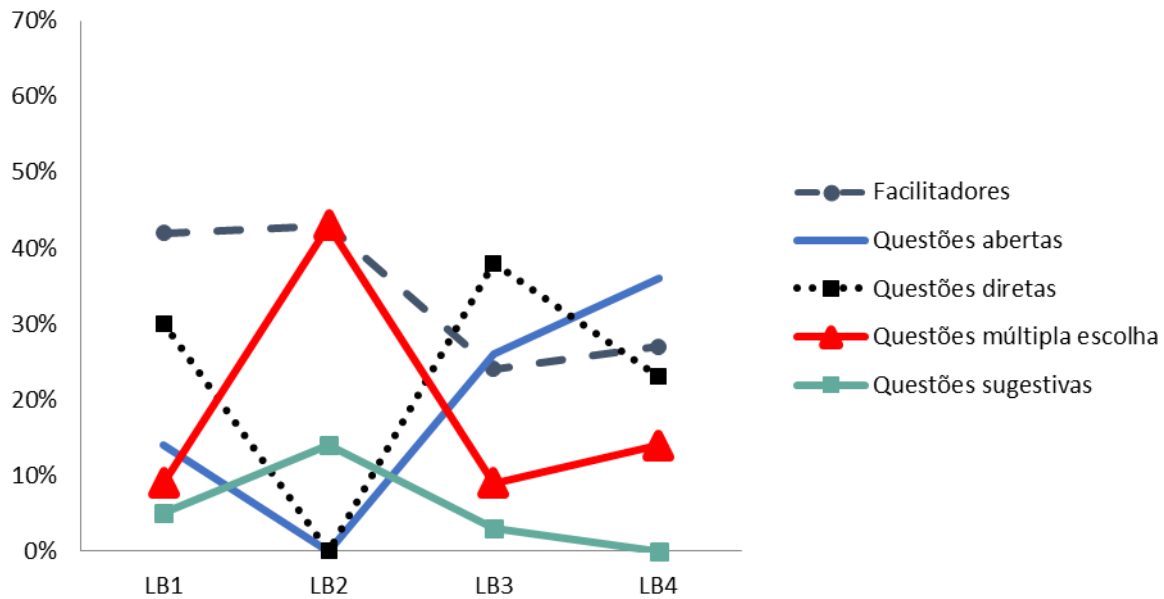


Figura 2. Frequência dos tipos de questões utilizadas pela Participante 2 em cada linha de base avaliada.

Participante 3 (P3)

A tabela 4 apresenta a frequência em que a P3 utilizou os tipos de questões avaliadas em relação a todas as falas substantivas em cada linha de base. Nota-se que inicialmente a Participante 3 realizava uma frequência maior de questões sugestivas (37%), diretas (23%) e de múltipla-escolha (37%) baseando a entrevista apenas nas suas hipóteses sem permitir

que a criança utilizasse sua memória de evocação livre para relatar os eventos traumáticos.

Conforme demonstrado na figura 3, houve aumento na frequência de questões abertas que se manteve no decorrer das intervenções. As questões de múltipla-escolha e sugestivas reduziram com o passar do programa de capacitação.

Tabela 4

Frequência de questões utilizadas pela Participante 3 em cada linha de base avaliada

	LB1 (n = 30)	LB2 (n = 35)	LB3 (n = 38)	LB4 (n = 29)
Facilitadores	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)
Questões abertas	0 (0%)	17 (48%)	25 (65%)	17 (59%)
Questões diretas	7 (23%)	10 (29%)	8 (21%)	9 (31%)
Questões múltipla escolha	11 (37%)	6 (17%)	1 (3%)	2 (7%)
Questões sugestivas	11 (37%)	1 (3%)	3 (8%)	0 (0%)

Nota: LB = Linha de Base.

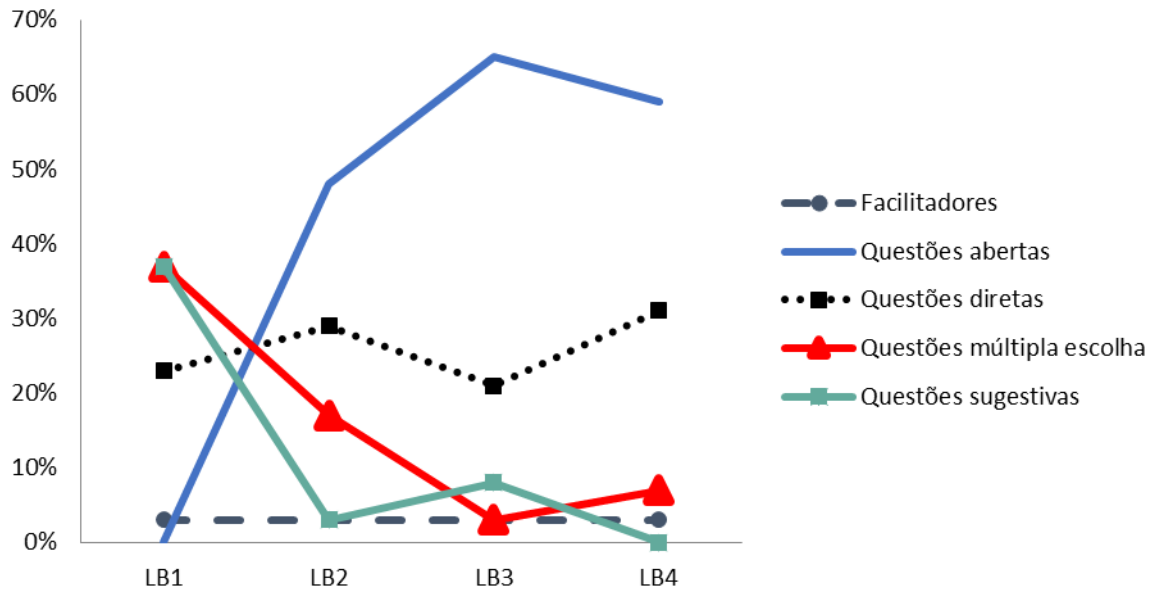


Figura 3. Frequência dos tipos de questões utilizadas pela Participante 3 em cada linha de base avaliada.

Análise por indicadores quantitativos

Os resultados evidenciaram uma redução significativa na frequência do uso das questões sugestivas, conforme sugerido nos estudos realizados com o Protocolo NICHD (Lamb et al., 2008). Em relação às categorias facilitadores, questões abertas, questões diretas e questões múltipla-escolha, não foram observadas diferenças de médias significativas (tabela 5).

Tal dado está associado ao elevado desvio-padrão denunciando aspectos individuais das entrevistas e dos participantes. Estudos com mais entrevistas analisadas em cada linha de base por cada participante pode elucidar tal questão (nota-se que a média de questões abertas na LB1 [$M = 7.0$; $DP = 12.1$] é sete vezes maior do que na LB4 [$M = 23.0$; $DP = 18.7$], contudo o desvio-padrão entre as entrevistas analisadas não permite uma análise significativa de tal diferença).

Discussão e conclusões

O presente trabalho teve como objetivo avaliar o efeito de um programa de capacitação para o uso do protocolo de entrevista investigativa NICHD na qualidade das entrevistas realizadas. Para tanto, o delineamento de sujeito-único foi utilizado, avaliando-se os comportamentos do entrevistador com uma medida contínua (tipos de questões) entre cada intervenção realizada. Velasco et al. (2010) descreveram que na “Análise Experimental do Comportamento, a questão das diferenças entre sujeitos não compromete a análise de dados. Ao contrário, cada sujeito é tratado como um indivíduo particular, distinto de qualquer outro” (p. 152).

Ao se avaliar o comportamento dos entrevistadores em cada linha de base, por tal delineamento, é possível observar que a frequência de questões abertas aumentou com o programa de capacitação e o uso de questões de múltipla-escolha e sugestivas diminuiu.

Tabela 5
Análise longitudinal do uso de questões em cada linha de base

	LB1 <i>M (DP)</i>	LB2 <i>M (DP)</i>	LB3 <i>M (DP)</i>	LB4 <i>M (DP)</i>	ANOVAs de Friedman	<i>p</i>
Facilitadores	21.0 (35.5)	3.7 (3.0)	4.3 (3.5)	13.0 (16.0)	0.60	.55
Questões abertas	7.0 (12.1)	5.7 (9.8)	16.7 (8.0)	23.0 (18.7)	3.11	.15
Questões diretas	8.0 (7.0)	3.7 (5.5)	10.3 (2.5)	9.7 (5.0)	0.93	.47
Questões múltipla escolha	3.7 (3.0)	3.7(2.0)	2.7 (1.5)	2.0 (1.0)	0.19	.35
Questões sugestivas	7.0 (4.5)	1.0 (0.5)	1.3 (1.5)	0.0 (0.0)	7.81	.01

Nota: *p* com Monte Carlo (*exact probability test*).

Estudos demonstram que tal dado está relacionado com a obtenção de um número maior de informações e menor frequência de sugestibilidade (Cederborg et al., 2000; Cyr & Lamb, 2009; Lamb et al., 2008; Lamb, et al., 1996; Lamb et al., 2007; Lamb et al., 2003; Orbach et al., 2000; Phillips, Oxburgh, Gavin & Myklebust, 2012; Williams et al., 2014).

Em relação ao comportamento avaliado da P2, nota-se uma queda na frequência de questões abertas após a Intervenção 1. Mesmo após a apresentação das condutas adequadas em entrevista investigativa não houve a operacionalização de tais comportamentos. Esse dado foi alterado após treino prático (Intervenções 2 e 3), apresentando um aumento na frequência de questões abertas utilizadas. Em estudo realizado por Cederborg et al. (2000), tal questão foi levantada, concluindo a necessidade de treino-prático que melhore a qualidade das entrevistas.

Com o treino inicial para o uso do protocolo de entrevista investigativa NICHD foi possível uma mudança nos comporta-

mentos das participantes demonstrando que a qualidade da entrevista aumenta com o uso do Protocolo NICHD (Lamb et al., 2007) e que após um programa de capacitação baseado em evidências, as entrevistas se tornam mais eficazes (Cyr & Lamb, 2009; Pipe, Orbach, Lamb, Abbott, & Stewart, 2013).

Para se obter uma força maior no delineamento de sujeito-único deve-se adotar linhas de base múltiplas onde mais entrevistas seriam analisadas em cada período da intervenção. Ao se analisar os dados por indicadores quantitativos, tendo em vista a não normalidade dos dados no presente estudo, a simulação de Monte Carlo foi realizada em paralelo ao teste de ANOVAs de Friedman, notando-se que há uma diminuição significativa de questões sugestivas ($p < .05$). Contudo, em razão das características individuais de cada criança entrevistada (variável interveniente), houve alto desvio-padrão entre as amostras, não sendo possível afirmar alterações significativas em outros tipos de questões. Tais características individuais são demonstradas na literatura como,

por exemplo, o número de detalhes fornecidos por cada questão aberta aumenta proporcionalmente com a idade da criança (Lamb et al., 2003); o sexo do entrevistador está relacionado a uma variação no número de questões abertas e sugestivas (Lamb & Garretson, 2003). É fundamental que pesquisas futuras abordem o tema utilizando amostras maiores, permitindo assim o uso de testes paramétricos e o agrupamento de entrevistas por idade da criança, buscando maior homogeneidade da amostra.

Foi possível notar também a importância da necessidade de supervisões contínuas com a presença de feedback sobre as entrevistas realizadas. Nenhuma participante forneceu material para análise em uma quinta linha de base; tal comportamento é considerado de risco pois a literatura aponta que após o treinamento intensivo em boas-práticas em entrevista investigativa sem a presença de supervisões contínuas e *feedbacks* em grupo e/ou individualmente (por exemplo, por escrito) os comportamentos aprendidos durante o treinamento tendem a retornar ao nível inicial (Lamb et al., 2008; Stewart et al., 2011).

É fundamental investir em programas de capacitação que incluem o treino ao uso do protocolo de entrevista investigativa NICHD como uma forma de prevenção à revitimização típica do sistema de justiça.

Pesquisas futuras devem avaliar o prognóstico e casos de abuso sexual infantil confirmados devem ser avaliados e comparados com métodos atuais de entrevista, por exemplo, a adaptação da entrevista cognitiva utilizada no depoimento especial com a utilização do protocolo NICHD. É importante também desenvolver estudos específicos sobre a entrevista investigativa com crianças com dificuldades cognitivas (e.g., Síndrome de Down). A literatura aponta a escassez de estudos na área (Henry et al., 2011). O grupo de participantes que não foi incluído no estudo demonstra vasta demanda por se tratar de uma população vulnerável (Lamb et al., 2008). Deve-se realizar estudos que visam adaptar a linguagem utilizada pelo protocolo à LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), tendo em vista que a formulação de questões segue método diferenciado. No mesmo sentido, estudos avaliando o treinamento de intérpretes devem ser realizados.

Com o aumento na frequência de questões abertas e diminuição de questões sugestivas o programa de capacitação para o uso do protocolo de entrevista investigativa NICHD melhorou a qualidade do repertório de boas-práticas de entrevista das três participantes. Cabe ressaltar que esses resultados só são mantidos com supervisão grupal, individual e *feedbacks* (Lamb et al., 2008; Lamb, Sternberg, Orbach, Esplin et al., 2002; Lamb, Sternberg, Orbach, Hershkowitz, et al., 2002).

Referências

- American Professional Society on the Abuse of Children, APSAC. (2012). *Practice guideline: Forensic interviewing in cases of suspect child abuse*. Retrieved from <http://www.apsac.org/practice-guidelines>
- Cederborg, A. C., Orbach, Y., Sternberg, K. J., & Lamb, M. E. (2000). Investigative interviews of child witnesses in Sweden. *Child Abuse & Neglect*, 24, 1355-1361. [http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00183-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00183-6)

- Cronch, L. E., Viljoen, J. L., & Hansen, D. J. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: Current techniques and future directions. *Aggression and Violent Behavior, 11*, 195-207.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2005.07.009>
- Cunningham, A. (2009). A escuta de crianças abusadas sexualmente para compreensão do processo de revelação. Em L. C. A. Williams & E. A. C. Araújo (Eds.), *Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar* (pp. 84-97). Curitiba: Juruá.
- Cyr, M. & Lamb, M. E. (2009). Assessing the effectiveness of the NICHD investigative interview protocol when interviewing French-speaking alleged victims of child sexual abuse in Quebec. *Child Abuse & Neglect, 33*, 257-268.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.04.002>
- Dion, J. & Cyr, M. (2008). The use of the NICHD protocol to enhance the quantity of details obtained from children with low verbal abilities in investigative interviews: A pilot study. *Journal of Child Sexual Abuse, 17*, 144-162.
<http://dx.doi.org/10.1080/10538710801916564>
- Dobke, V. (2001). *Abuso sexual: a inquirição das crianças uma abordagem interdisciplinar*. Porto Alegre: Ricardo Lenz.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS* (2nd ed.). London: Sage.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma nova abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomide, P. I. C. & Padilha, M. G. S. (2009). Destituição do poder familiar e prisão do agressor em um caso de abuso sexual intrafamiliar. Em L. C. A. Williams & E. A. Araújo (Eds.), *Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar* (pp. 98-111). Curitiba: Juruá.
- Goodman, G. S. & Quas, J. A. (2008). Repeated interviews and children's memory. *Current Directions in Psychological Science, 17*, 386-390.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8721.2008.00611.x>
- Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2011). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: manual de capacitação profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*, 341-348.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>
- Heger, A., Ticson, L., Velasquez, O., & Bernier, R. (2002). Children referred for possible sexual abuse: Medical findings in 2384 children. *Child Abuse & Neglect, 26*(6-7), 645-659.
[http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00339-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00339-3)
- Henry, L. A., Bettenay, C., & Carney, D. P. J. (2011). Children with intellectual disabilities and developmental disorders. In M. E. Lamb, D. J. La Rooy, L. C. Malloy, & C. Katz (Eds.), *Children's testimony - A handbook of psychological research and forensic practice* (pp. 251-284). Chichester: Wiley-Blackwell.

- Hershkowitz, I. (2011). Rapport building in investigative interviews of children. In M. E. Lamb, D. J. La Rooy, L. C. Malloy, & C. Katz (Eds.), *Children's testimony - A handbook of psychological research and forensic practice* (pp. 109-128). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Holsti, O. (1969). *Content analysis for the social sciences and humanities*. Don Mills: Addison-Wesley Publishing Company.
- Kendal-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, *113*, 164-180.
<http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.113.1.164>
- La Rooy, D. J., Malloy, L. C., & Lamb, M. E. (2011). The development of memory in childhood. In M. E. Lamb, D. J. La Rooy, L. C. Malloy, & C. Katz (Eds.), *Children's testimony - A handbook of psychological research and forensic practice* (pp. 49-68). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E. & Garretson, M. E. (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behavior*, *27*(2), 157-171.
<http://dx.doi.org/10.1023/A:1022595129689>
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., & Lyon, T. D. (2013). Interviewing victims and suspected victims who are reluctant to talk. *APSAC - Advisor*, *25*(4), 16-19.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008). *Tell me what happened: Structured investigative of child victims and witnesses*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., Hovav, M., Manor, T., & Yudilevitch, L. (1996). Effects of investigative utterance types on Israeli children's responses. *International Journal of Behavioral Development*, *19*, 627-637.
<http://dx.doi.org/10.1177/016502549601900310>
- Lamb, M. E., Malloy, L. C., & La Rooy, D. J. (2011). Setting realistic expectations: Developmental characteristics, capacities and limitations. In M. E. Lamb, D. J. La Rooy, L. C. Malloy, & C. Katz (Eds.), *Children's testimony - A handbook of psychological research and forensic practice* (pp. 15-48). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2007). Structured forensic interview protocols improve the quality and informativeness of investigative interviews with children: A review of research using the NICHD Investigative Interview Protocol. *Child Abuse & Neglect*, *31*, 1201-1231.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.03.021>
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Aldridge, J., Pearson, S., Stewart, H. L., Esplin, P. W., & Bowler, L. (2009). Use of a structured investigative protocol enhances the quality of investigative interviews with alleged victims of child sexual abuse in Britain. *Applied Cognitive Psychology*, *23*, 449-467.
<http://dx.doi.org/10.1002/acp.1489>

- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2002). Is ongoing feedback necessary to maintain the quality of investigative interviews with allegedly abused children? *Applied Developmental Science, 6*(1), 35-41.
http://dx.doi.org/10.1207/S1532480XADS0601_04
- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*(5), 926-934.
<http://dx.doi.org/10.1037/0022-006X.71.5.926>
- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Horowitz, D., & Esplin, P. W. (2002). The effects of intensive training and ongoing supervision on the quality of investigative interviews with alleged sex abuse victims. *Applied Developmental Science, 6*(3), 114-125.
http://dx.doi.org/10.1207/S1532480XADS0603_2
- Lyon, T. D. (2010). Investigative interviewing of the child. In D. N. Duquette & A. M. Haralambie (Eds.), *Child Welfare Law and Practice* (2nd ed.) (pp. 87-109). Denver, CO: Bradford.
- Machado, C. L., Azevedo, R. C. S., Facuri, C. O., Vieira, M. J. N., & Fernandes, A. M. S. (2011). Posttraumatic stress disorder, depression and hopelessness in women who are victims of sexual violence. *International Journal of Gynecology and Obstetrics, 113*(1), 58-62.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.ijgo.2010.10.016>
- Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged abuse victims. *Child Abuse & Neglect, 24*(6), 733-752.
[http://dx.doi.org/doi:10.1016/S0145-2134\(00\)00137-X](http://dx.doi.org/doi:10.1016/S0145-2134(00)00137-X)
- Pacheco, R. C. (2012). *Entrevista forense com crianças abusadas: Contributos para a adaptação do Protocolo do NICHD ao contexto português* (Dissertações de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal). Recuperado de <http://is.gd/yoQKft>
- Padilha, M. G. S. & Antunes, M. C. (2009). Considerações sobre o depoimento sem dano em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Em L. C. A. Williams & E. A. C. Araújo (Eds.), *Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar* (pp. 173-189). Curitiba: Juruá.
- Phillips, E., Oxburgh, G., Gavin, A., & Myklebust, T. (2012). Investigative interviews with victims of child sexual abuse: The relationship between question type and investigation relevant information. *Journal of Police and Criminal Psychology, 27*(1), 45-54.
<http://dx.doi.org/10.1007/s11896-011-9093-z>
- Pipe, M., Orbach, Y., Lamb, M. E., Abbott, C., & Stewart, H. (2013). Do case outcomes change when investigative interviewing practices change? *Psychology, Public Policy, and Law, 19*(2), 179-190.
<http://dx.doi.org/10.1037/a0030312>

- Potter, L. (2010). Violência, vitimização e políticas de redução de danos. Em L. Potter & C. R. Bitencourt (Eds.), *Depoimento sem dano: uma política criminal de redução de danos* (pp.17-55). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Quas, J. A., Goodman, G. S., & Jones, D. P. H. (2003). Predictors of attributions of self-blame and internalizing behavior problems in sexually abused children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44, 723-736.
<http://dx.doi.org/10.1111/1469-7610.00158>
- Rovinski, S. L. R. & Cruz, R. M. (2009). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor.
- Salvagni, E. P. & Wagner, M. B. (2006). Development of a questionnaire for the assessment of sexual abuse in children and estimation of discriminant validity: A case-control study. *Jornal de Pediatria*, 82(6), 431-436.
<http://dx.doi.org/10.2223/JPED.1523>
- Santos, B. R. & Gonçalves, I. B. (Eds.). (2008). *Depoimento sem medo (?) culturas e práticas não-revitimizantes: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes*. São Paulo: Childhood Brasil.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2001). Use of a structured investigative protocol enhances young children's responses to free recall prompts in the course of forensic interviews. *Journal of Applied Psychology*, 86, 997-1005.
<http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.86.5.997>
- Stewart, H., Katz, C., & La Rooy, D. J. (2011). Training forensic interviewers. In M. E. Lamb, D. J. La Rooy, L. C. Malloy, & C. Katz (Eds.), *Children's testimony - A handbook of psychological research and forensic practice* (pp. 199-216). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Velasco, S. M., Garcia-Mijares, M., & Tomanari, G. Y. (2010). Fundamentos metodológicos da pesquisa em análise experimental do comportamento. *Psicologia em Pesquisa - UFJF*, 4(2), 150-155.
- Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., & Padilha, M. G. S. (2012). *NICHD Protocol international evidence-based investigative interviewing of children*. Retrieved from <http://nichdprotocol.com/nichdbrazil2.pdf>
- Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: o Protocolo NICHD. *Temas em Psicologia*, 22, 415-432.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-12>

Fecha de recepción: 13 de marzo de 2015
Fecha de aceptación: 27 de mayo de 2015